

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA PAULA DALLA BENETTA DE LA CERDA ZENTENO

**“AS BASES PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PENA DE PRISÃO COMO SISTEMA
PUNITIVO”**

CURITIBA

2021

ANA PAULA DALLA BENETTA DE LA CERDA ZENTENO

**“AS BASES PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PENA DE PRISÃO COMO SISTEMA
PUNITIVO”**

Artigo apresentado à disciplina de TCC II,
como requisito à conclusão do Curso de
Direito, Setor de Ciências Jurídicas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Doutor André Peixoto de
Souza

CURITIBA

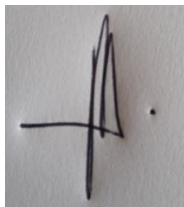
2021

TERMO DE APROVAÇÃO

AS BASES PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PENA DE PRISÃO COMO SISTEMA PUNITIVO

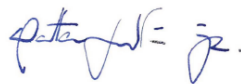
ANA PAULA DALLA BENETTA DE LA CERDA ZENTENO

Monografia apresentada ao curso de Graduação no
Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências
Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte
banca examinadora:

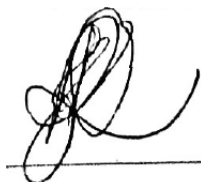


ANDRÉ PEIXOTO DE SOUZA
Orientador

Coorientador



WALTER GUANDALINI JR.
1º membro



KAUANA KALACHE
2º membro

As Bases para a Consolidação da Pena de Prisão como Sistema Punitivo

Ana Paula Dalla Benetta De La Cerda Zenteno

RESUMO

O sistema punitivo evoluiu no viés das transformações econômicas, políticas e sociais que acompanharam a história da sociedade ocidental. A pena de prisão - como ápice do ato de punir - se constitui no desfecho da visão de mundo da burguesia que assume os ditames do poder após a derrocada do poderio absolutista. Os valores capitalistas estruturam uma nova cosmovisão, alicerçada na garantia dos bens patrimoniais e legitima o cárcere como fulcro do poder disciplinar, necessário ao desenvolvimento do capitalismo.

Palavras-Chave

Punição, relações produção, poder disciplinar, capitalismo, cárcere.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças na economia punitiva a partir do século XVIII corroboram com as transformações ocorridas tanto na economia quanto na política do continente europeu, em decorrência ao declínio do Antigo Regime e consolidação da burguesia. Este cenário contribuiu para a escolha da pena de prisão como regra, além da codificação, bem como o início do encarceramento, que reverbera, em massa, até a atualidade.

A alteração da forma de exercer o poder, neste momento, deu-se em virtude das novas necessidades de dominação, fruto da mudança política e econômica trazida pela ascensão da burguesia que se consolidava. Tal classe, almejava, sobretudo, limitar o poder absolutista, e, posteriormente, dominar as classes não detentoras dos meios de produção.

Ao longo do Século XVIII e início do Século XIX, a pena de detenção passou a ser a mais utilizada como método punitivo vigente, de maneira que se procedeu à construção de centros de encarceramento ao mesmo tempo em que a criminalidade considerada mais gravosa se torna aquela justamente contra ao patrimônio.

Atualmente, constata-se a existência de um sistema carcerário precário e seletivo, de maneira que as garantias ensejadas pelo período reformador configuram uma proteção a direitos, por meio de princípios que limitam o poder punitivo.

Assim sendo, o objetivo do presente trabalho acadêmico é desvendar os mecanismos de poder e as interfaces econômicas que estão por trás das bases de consolidação deste sistema punitivo, cuja substituição está longe de ocorrer, embora, seja reconhecido o fracasso de suas ambições declaradas.

A obra “Punição e Estrutura Social”, uma das bibliografias utilizadas no desenvolvimento deste texto, visa dar um enfoque histórico-sociológico ao desenvolvimento dos sistemas de punição, demonstrando como as variações da punição resultam das mudanças econômicas e estruturais, assim como o porquê de certos métodos de punição serem adotados ou repelidos num dado momento. Destituindo a pena de suas justificativas teóricas jurídicas, de forma a interpretá-la a partir das relações sociais, políticas, produtivas e econômicas, assim como uma construção essencial ao exercício do poder.

Neste diapasão, investiga-se os fundamentos pelos quais houve a escolha deste método punitivo nos Séculos XVIII e XIX, utilizando-se, ainda, da obra “Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão”, de Michel Foucault, para explicar o porquê, apesar dos ideais reformadores jurídicos penais irem em outro sentido – pena retributiva - pouco tempo depois, o cárcere se consolida como único sistema punitivo possível na economia capitalista.

Demonstra-se, portanto, que todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas e de exercer dominação que correspondem às forças sociais e econômicas num determinado contexto histórico. Neste, a necessidade é a de se inserir um poder disciplinar na sociedade compatível aos anseios capitalistas.

2. DO PODER SOBERANO ÀS CASAS DE CORREÇÃO (XV-XVII)

Entre os Séculos XV e XVI, as principais penas infringidas aos criminosos consistiam em multa, o banimento ou o suplício sobre o corpo do condenado. Este último castigo é abordado por Foucault como um método ostentoso de punição, por se tratar de uma pena corporal dolorosa em que a economia de poder se revelava pela quantidade de sofrimento a que se submetia o criminoso para que o fim fosse a morte.

O sistema punitivo se tratava de um código jurídico da dor, cuja produção diferenciada do sofrimento, mediante um rito, era a manifestação do poder e regulação da penalidade imposta. Realizado por meio de um modelo inquisitório, o saber era privativo à acusação, assim como a produção de provas, e a confissão era uma verdade absoluta, ainda que obtida mediante tortura.

A punição tem uma função social complexa realizada através de métodos punitivos como estratégias políticas dotadas de uma tecnologia de poder envolvendo alma e corpo do condenado e exprimindo uma relação de poder. Desta forma, pode-se entender a transformação dos métodos punitivos a partir de uma análise histórica das relações de poder, assim como a partir da tecnologia política de determinado tempo e espaço. Tem-se, então, a explicação de como algo se torna objeto da sanção penal e como a punibilidade se manifesta na sociedade.

Segundo Foucault, os sistemas de punição são fenômenos sociais complexos que exprimem um poder-saber, ainda, uma sentença significa um meio para uma normalização possível. Esta, por sua vez, é vinculada ao poder de punir, bem como ao seu discurso.

Para Rusche e Kirchheimer, num sentido semelhante, a punição é útil ao sistema econômico que busca sustentar, de maneira que relacionam as relações entre o regime punitivo e o sistema de produção em questão.

Nesta lógica, a sociedade feudal de modelo servil, por exemplo, em que a mão-de-obra, bem como a força de trabalho, era secundária, o castigo se manifestava no corpo. Já na sociedade que tem por alicerce a manufatura, a punição se dá mediante casas de correção com trabalho compulsório. Enquanto que, na sociedade industrial, com livre mão-de-obra, a detenção tem um fim corretivo e disciplinar.

Na Baixa Idade Média, o sistema penal arrecadava através de indenizações e fianças para aqueles que podiam pagar e se exercia mediante castigos corporais para aqueles que não podiam. As condições sociais das classes subalternas eram precárias, com grande número de desempregados nas áreas urbanas, em virtude do esgotamento do solo e crescimento demográfico, ao mesmo tempo em que a agricultura se tornou lucrativa e a terra se tornou um bem valioso, o que baixou o nível de vida dos servos. O resultado disso foram cidades cercadas de mendigos e mercenários em consonância com o êxodo rural.

Entre os séculos XIV e XV, surge o capitalismo, de forma que se evidenciam conflitos sociais e penas mais pesadas aplicadas às classes sem poder econômico. Neste período, os fatores criminalidade, miserabilidade e penalidades se tornam proporcionais entre si. As punições se davam por meio de fianças ou castigos corporais de acordo com a classe social do agente, sendo que o tratamento era arbitrariamente mais cruel para com os pobres, em quem o suplício efetivamente se concretizava.

A burguesia emergente, neste contexto, clamava por intensificações da punição, principalmente com relação aos delitos contra a propriedade, sua maior preocupação, enquanto que a punição se tornou mais intensa contra a vadiagem, mendicância, ladrões e vagabundos, vistos como pragas. No Século XVI, quanto mais empobrecidas as massas, mais firmes eram as penas para crimes contra a propriedade, sob a forma de castigos físicos, com o objetivo de desestimular a conduta delitiva, através de torturas, extirpações e execuções, bem como uma legislação contrária às classes inferiores economicamente. Não havia proporcionalidade entre o crime e a punição, uma vez que não se levava em conta sua gravidade.

A justiça criminal era evidentemente arbitrária e a pena de morte servia ao propósito de eliminar os indivíduos dito perigosos ou inúteis pelas classes dominantes da sociedade por meio de cruéis execuções. O sistema punitivo deste período demonstra que não havia carência de forças de trabalho, pelo contrário, a redução no valor da mão-de-obra era proporcional à valorização da vida humana, cada vez menor. O suplício era um meio de as autoridades se livrarem da responsabilidade pela situação da população, de forma que incentivava a perseguição às bruxas e aos judeus para desviar o foco através da intolerância aos sacrilégios.

O ódio do povo em virtude de sua miséria se refletia no sadismo e brutalidade dos castigos que eram, inclusive, uma fonte de divertimento. Por outro lado, as classes dirigentes buscavam a despersuasão do crime mediante a punição pública, intensificada pelo fato de a mão do governante ser também a mão de Deus. Segundo os autores de “Punição e Estrutura Social”, a crueldade se trata de um fenômeno social que apenas pode ser entendido nos termos das relações sociais de um dado período.

No fim do mesmo século, as penas começam a mudar gradual e profundamente, com o fim maior de explorar as forças de trabalho dos prisioneiros, não por conta de da preservação humanitária, mas sim, em virtude do desenvolvimento econômico que encontrou valor potencial numa massa de material humano à disposição das autoridades. Tudo possibilitado pelo surgimento dos bens de consumo, crescimento financeiro e extensão dos mercados, consumo em massa de mercadorias e metais preciosos vindos das colônias. O Calvinismo serviu, também, como justificativa teórica para o capitalismo emergente.

Viu-se, neste período uma alta nos empregos, ao mesmo tempo em que o crescimento demográfico diminuía, situação incrementada pelas guerras religiosas da época. O salário, por sua vez, aumentava devido à ausência de força de trabalho, tornando-o um bem escasso, obrigando os proprietários dos meios de produção recorrerem ao Estado para abaixar os salários e garantir a sua produtividade. Assim, houve um estímulo da natalidade, por meio da redução de impostos, deixou-se de punir as mães solteiras e os condenados foram impelidos a servir o exército, sendo que no Século XVII, iniciaram-se as casas de correção como punição humanitária da mendicância para uso da força de trabalho à disposição pelas autoridades e classes dominantes para corresponder às necessidades da indústria e sociedade.

Tais casas funcionavam para a assistência aos pobres, oficinas de trabalho e instituições penais de modo a tornar a força de trabalho dos indesejáveis útil e arrendada por indivíduos privados, mediante trabalho forçado e hábitos industriais somados à disciplina religiosa e às péssimas condições de vida. O maior objetivo era o lucro.

No Século XVIII, por sua vez, o trabalho forçado se fundamentava numa disciplina rígida, com caráter repressivo e imediatista objetivando o desenvolvimento do capitalismo, já que se associava o crime ao ócio.

Na análise Foucaultiana, o sistema punitivo explica-se por meio de uma economia política do corpo e do poder, utilidade econômica do mesmo, de acordo com a forma de produção. A tecnologia política do corpo, neste sentido, é difusa e efetiva-se mediante discursos contínuos e sistemáticos de saber e controle do corpo. Estes se dão por meio da microfísica do poder e seus micropoderes funcionando em rede.

As relações de poder produzem o saber e seus campos, os quais correspondem às técnicas de submissão dos corpos. As técnicas punitivas, então, justificam-se na história do corpo político e o discurso jurídico serve à fundamentação e legitimação da discrepância no exercício de poder e de punição.

Durante o poder soberano, buscava-se uma confissão pública, que se tratava da verdade absoluta do crime, nesta concepção, para que o corpo do condenado, de forma correspondente à natureza de sua conduta fosse supliciado, reproduzindo-a com vistas à salvação da alma do condenado. O sistema jurídico era responsável por reativar o poder, configurando um ritual político de reparação à pessoa soberana, uma vez atacada pelo crime, sendo a própria lei, vontade do príncipe e de Deus, que reconstituía a autoridade lesada por meio de vingança pessoal e pública ao corpo do condenado. O poder soberano era restituído e reforçado por meio da política do medo, que exigia um rito ostentoso para ter eficácia.

O corpo não possuía valor uma vez que a produção e força de trabalho eram diferentes da era industrial. Prova disso é que em meados do Século XVIII, a tortura passa a ser considerada uma barbárie e defende-se a humanidade da pena, evidenciando outro regime de produção, momento em que o corpo representa força de trabalho.

3. A MUDANÇA NA ECONOMIA PUNITIVA E AS REFORMAS PENAIS DO SÉCULO XVIII

A partir da segunda metade do Século XVIII, o suplício sobre o corpo passa a ser visto como exercício de tirania pelo povo, de forma que gera revolta, ao invés do medo

pretendido na população. Ao mesmo tempo, surgem ideais de humanidade, como os de Beccaria, que defendia a proporcionalidade e justa medida da punição como retribuição ao crime.

Houve então o que Foucault chama de crise da economia dos castigos vigente. Esta tem como marca os protestos contra o suplício, interpretado como uma vingança cruel e tirânica. A população começou a exigir outro sistema punitivo, o qual eliminasse a dor física e que a justiça criminal não fosse responsável pela vingança violenta do soberano, mas, então somente, ocupasse-se da justa punição, distribuindo o poder de punir, de forma a retirá-lo do monopólio do monarca.

O contexto econômico foi alterado, uma vez que o crescimento demográfico somado à ascensão da classe burguesa trouxe o aumento do acúmulo de riquezas, assim como a primazia da proteção aos direitos de propriedade, com isso, a maior parte dos crimes passou a ocorrer contra o patrimônio - bens, através de roubos e furtos. A burguesia, em progresso, passou a difundir a crença de que os crimes haviam aumentado e defender a demanda por segurança e penas mais pesadas para tal tipo de delinquência, ainda que dados da época mostrem que a criminalidade, na verdade, diminuiu durante o período. Verifica-se que, na sociedade capitalista, os bens passam a ser protegidos legalmente, por meio do controle e da codificação de condutas ilícitas a serem reprimidas intensamente, ainda que a burguesia primasse por uma delimitação do poder de punir, desejava que a conduta ilegal popular fosse submetida a um controle estrito e constante.

A punição, portanto, passou da vingança do soberano à defesa da sociedade, na medida em que se alterou a racionalidade econômica, sendo a humanidade e proporcionalidade da pena úteis ao controle dos efeitos do poder. A pena, por sua vez, passou a ter caráter retributivo vinculada ao crime e justificada por um discurso moral reformador, entendendo-se o criminoso como um inimigo que deve aprender uma lição.

Sob a perspectiva reformista, a pena, assim, serviria ao propósito de desestimular o crime por meio da ponderação entre o benefício trazido pelo mesmo com relação à dimensão do caráter punitivo. Criticava-se, neste século, a pena de prisão por se entender que esta não conseguiria responder às singularidades dos crimes, além de ser cara e favorecer a ociosidade dos condenados.

A reforma penal buscava, no Século XVIII, uma nova forma de punir, segundo Foucault, baseada no objetivo de fazer da punição uma repressão das ilegalidades menos brutal, contudo universal, incorporando à sociedade o poder de punir. Neste sentido, entende o autor que não se alterou a punição em virtude de maior sensibilidade e humanidade, mas sim, da necessidade de outra política com relação às ilegalidades.

Outrossim, observa-se que a economia das ilegalidades se reestruturou com o desenvolvimento capitalista. Para a burguesia, tornou-se intolerável a ilegalidade dos bens, já que comprometia seus direitos de propriedade, desta forma, necessário puni-la rigorosamente. Para isso, codificou-se as ações a serem punidas com rigidez, as quais correspondiam à ilegalidade cometidas pelas classes baixas, enquanto que as classes dominantes desrespeitavam suas próprias leis com relação a direitos, cuja pena limitava-se a multa, firmando a gestão diferencial das ilegalidades e alteração da economia do poder.

A luta pela delimitação do poder de punir, no que diz respeito ao soberano, se articula diretamente com a exigência de submeter a ilegalidade popular a um controle mais estrito e mais constante – desejo burguês –, justifica o discurso humanitário das penas, com a crítica ao suplício, já que neste cerimonial, segundo Foucault, fundiam-se o poder ilimitado do soberano e as ilegalidades populares. Assim, buscaram-se novos princípios para embasar, regularizar, afinar e universalizar a arte de castigar construindo uma nova economia e tecnologia do poder de punir.

Tais princípios fundamentaram-se na teoria dos contratos, o criminoso revela, através da conduta, o rompante com o pacto, sendo inimigo de toda a sociedade, cabendo-lhe uma punição correspondente. O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade, na reforma. Entretanto, a justificativa de tais preceitos não se encontra numa humanidade do criminoso, mas no controle necessário dos efeitos de poder. Essa racionalidade econômica é que mede a pena como instrumento de reparação proporcional ao delito é determinada pela influência que o pacto violado tem sobre a ordem social.

Além disso, busca-se calcular a pena em virtude da possível reincidência no crime, com vistas a desestimulá-lo. A prevenção torna-se o objetivo da pena, bem como a maneira de determiná-la, punindo na medida em que se evita a repetição da conduta.

Na concepção dos reformadores, a pena deveria ter uma quantidade mínima, representação, efeitos desestimulantes no corpo social, certeza de aplicação, demonstrar uma verdade sobre o crime, qualificação e classificação dos crimes em um código, individualização, aplicação da penalidade mediante representações que reverberam na alma e na liberdade ceifada. O suplício sob o corpo do criminoso, no cárcere, encerra-se na perda de sua autonomia, dias perdidos que se transformam em anos, na monotonia da rotina dos que são mantidos sob a opressão de seus vigilantes. A insalubridade do ambiente, a inércia mental e física do encarcerado a insegurança diária são as suas verdadeiras punições. Quanto maior o delito, segundo a análise dos ditames legais, maior o tempo de privação da liberdade o detento deverá sofrer.

A pena como tecnologia da representação deve ser menos arbitrária possível e proporcional para diminuir o desejo da prática do delito numa ponderação entre seu possível benefício e punição, proceder à progressão do regime de pena, reativar o código, servir de lição a um condenado isolado e útil à sociedade, outrossim, deve tornar o povo moralista para que conceba o crime como uma desgraça e o criminoso como alguém que deve ser ensinado.

Ainda que esta fosse a teoria penal justificadora da pena, pouco tempo depois, a prisão se consolidou como sistema punitivo hegemônico, apesar de não condizer exatamente com os ideais reformistas.

Foucault parte da premissa de que se deve considerar a punição como função social complexa, permeada por relações sociais e econômicas, ligada a uma determinada técnica política de poder. Assim, não basta analisá-la através do arcabouço jurídico que a respalda ou da teoria penal que a justifica, mas sim, da estrutura social. Esta, a partir da industrialização, buscou docilizar os corpos, tornando-os úteis, através da disciplina, o que evidencia novamente o vínculo entre o sistema penal e os sistemas de produção. A punição é possibilitada pela microfísica do poder, que liga o saber – conhecimento – ao poder.

No início do Século XIX, o Código Penal Frances de 1810 prevê a pena de prisão como forma de castigo principal. O cerimonial do corpo supliciado é substituído por *“uma arquitetura fechada, complexa, hierarquizada que se integra no próprio corpo do aparelho do Estado”*, de acordo com a física do poder inerente ao sistema capitalista.

O cárcere se torna a figura material e simbólica do poder de punir e da pena (FOUCAULT, Michel. p. 103).

4. A CONSOLIDAÇÃO DA PENA DE PRISÃO COMO PRINCIPAL PUNIÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO PENAL

No Século XIX, o encarceramento se torna a principal forma de punição, através da privação de liberdade e trabalhos forçados num grande edifício carceral, os “novos castelos da ordem civil”. Percebe-se, portanto que se alterou a física do poder, bem como a forma de se enxergar o corpo.

Neste momento, os grandes modelos de encarceramento positivo eram os dos Estados Unidos e Inglaterra, dotados de aceitação. A sentença se dava pela determinação somada à administração da pena, que incluía o trabalho obrigatório, cela coletiva, horário restrito e sistema de permissões e obrigações, tudo, com vistas a conter a ociosidade e mendicância através da “pedagogia universal do trabalho”. A intenção real era acompanhar o modelo econômico vigente, em plena Revolução Industrial, e formar novos operários, no formato de uma fábrica, de maneira a promover uma reconstrução do indivíduo pautada no isolamento, aprendizado religioso, e volta ao direito e à virtude, possibilitando, ainda, a utilização econômica dos criminosos corrigidos.

A evolução do cárcere foi motivada pela alteração econômica, de maneira que, até o Século XVIII, as prisões não eram vistas como forma de punição, mas apenas como uma detenção pré-julgamento, sendo que as sentenças de prisão eram excepcionais.

Segundo Rusche e Kirchheimer, tendo as casas de correção manufatureiras como primeira forma de prisão ligada à exploração racional da força de trabalho, no mercantilismo, sendo esta, através da mudança econômica, a porta de entrada para o início da pena de prisão, no entanto, todavia não existia justificativa para a mesma.

O cenário muda quando a burguesia, ainda não consolidada politicamente, buscava garantias legais para proceder à sua proteção, insistindo no tema a respeito da reforma do sistema penal, com o objetivo de limitar o poder do Estado para punir, através da codificação de leis e controle da arbitrariedade dos dirigentes. Destarte, formalização do direito e do processo penal constituía um dos principais pontos da

reforma, assim, a cada ação humana, deveria haver uma escala correspondente de penas, sendo a mesma determinada pela natureza particular do crime, proporcionalmente.

Para os supracitados autores, a privação de liberdade passou a ser considerada o resultado natural para o crime contra a propriedade para aqueles que não podem pagar fiança, ou seja, a propriedade e a liberdade pessoal, neste sentido, têm mesmo peso. Defendia-se que a pena capital, por exemplo, não mais tinha o efeito de provocar medo, mas, sim, incentivava um ataque às classes proprietárias.

Optava-se por uma igualdade – ainda que fictícia – entre ricos e pobres. A burguesia, por sua vez, começou a defender penas mais severas apenas quando seu *status quo* estava ameaçado. Quando tal ameaça não era sentida, a liberdade não poderia ser restringida ainda que isso indiretamente fosse uma vantagem também para as classes subalternas. Defendendo-se que era a certeza da punição e não sua severidade que preveniria o crime. Entretanto, tal postura mudou, assim como ensinam os mesmos:

“Julgamentos públicos, livre escolha de advogado, proteção contra o encarceramento ilegal, supressão da tortura, normas definidas para as provas; todas essas demandas foram feitas em nome da humanidade e do progresso humano, visando o benefício de todas as classes igualmente. Porém, a experiência mostrou que os efeitos dos novos procedimentos diferiram bastante entre as várias classes, a despeito de uma certa tendência para o crescimento das garantias gerais. Isto serviu para proteger, entre outros, aqueles membros da burguesia e da aristocracia que eram menos protegidos (...) e, também, facilitar-lhes suas atividades pouco reputáveis. As classes subalternas, de outro lado, raramente podiam desfrutar da máquina judicial complicada criada pela lei tanto para elas quanto para os ricos, por não disporem do saber ou dos recursos econômicos necessários.”

(RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. 2004. p. 117).

Os procedimentos judiciais passaram a ser realizados pela classe burguesa e a proteção da propriedade se tornou seu eixo principal a partir de uma racionalidade capitalista do sistema jurídico e da punição.

“As casas de correção surgiram em uma situação social na qual as condições do mercado de trabalho eram favoráveis para as classes

subalternas. Porém, esta situação mudou. A demanda por trabalhadores fora satisfeita e, eventualmente, produziu-se um excedente. (...) O que as classes dirigentes estavam procurando por mais de um século era agora um fato consumado – uma superpopulação relativa. Os donos de fábricas não mais necessitavam lançar homens. Pelo contrário, os trabalhadores tinham que sair à procura de emprego. Com o crescimento rápido da população, esta não pôde se sustentar no campo (...). Desde os princípios do século XVIII, os trabalhadores rurais começaram a migrar para as cidades, um movimento que atingiu seu clímax nas primeiras décadas do Século XIX.”

(RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. 2004. p. 125).

Tal situação se intensificou pela introdução das máquinas a vapor na indústria, o que desvalorizaria a mão-de-obra, aumentando o desemprego, o que acarretou a mudança no mercado de trabalho e contribuiu para a pauperização da população.

Os trabalhadores, neste momento em que o mercado de trabalho estava saturado, passaram à miséria e à péssimas condições de trabalho, somada à baixa nos salários, o que culminou no surgimento do proletariado moderno. “O número dos extremamente ricos e extremamente pobres crescia.” (RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. 2004. p. 128).

Até a segunda metade do Século XVIII, os reformadores entendiam a pena de prisão como incapaz de retribuir o delito, em virtude de seu caráter homogêneo, entretanto, a partir do Século XIX, a pena de prisão tornou-se hegemônica no sistema punitivo. Portanto, Foucault, por sua vez, busca entender esta mudança para além das teorias penais, envolvendo o sistema produtivo e as relações de poder presentes no momento.

Neste sentido, segundo o autor, surge uma tecnologia de poder disciplinadora relacionado à pena, fruto da nova microfísica do poder, cujas técnicas estão presentes em diversas instituições disciplinadoras. É importante entender os sistemas punitivos também como manifestações sociais, de forma que as transformações da punição tinham grande ligação com os dos interesses da classe burguesa ascendente, principalmente com relação aos delitos referentes à propriedade, como furtos e roubos, associando-se à Revolução Industrial e à nova manifestação do capitalismo,

em que esta categoria era essencial ao aproveitamento dos recursos referentes às pessoas, ou seja, à força de trabalho, que deveria render ao máximo, com vistas ao lucro.

A disciplina se construía, neste contexto, como uma forma controle para normatizar e otimizar o padrão de produção, além de possuir um caráter de docilização, domesticação e utilidade dos indivíduos e seus corpos, tornando-os obedientes e úteis. Esta tecnologia do poder seria a responsável por consolidar a pena de prisão por ser necessária à dominação.

A efetivação da disciplina ocorre através da vigilância, isolamento e dominação, assim como por meio do controle de conhecimento e classificação hierarquizada dos indivíduos, de maneira que esta estrutura se instaurou não só em presídios, mas também em escolas, hospitais, quartéis militares, conventos, fábricas. É possível notar que a arquitetura dessas instituições é específica, permitindo uma vigilância hierarquizada também espacial, que promove controle interno, observando o comportamento de cada indivíduo. Utiliza-se, pois, além disso, do monitoramento das atividades, por meio da gerência rigorosa do tempo. O êxito do poder disciplinar depende da hierarquia, sanção normalizadora e ao exame.

A sanção normalizadora é um elemento importante do poder disciplinar, que age no sentido de catalogar e classificar os comportamentos num sistema de coerção, marcando desvios, e recompensa, hierarquizando qualidades e, produzindo um saber sobre o condenado. O castigo, por sua vez, teria a função corretiva e o exame possibilitaria a construção de um conhecimento sobre o indivíduo, por meio de uma análise e observação constantes, que servem ao seu controle, num processo de objetivação e sujeição.

Foucault introduz neste sentido, a análise da estrutura arquitetônica do “*panopticon*”, idealizada por Jeremy Bentham, que potencializa a vigilância de maneira tão expressiva, que a partir de certo ponto, o indivíduo, na certeza de estar sendo observado, vigia-se e reprime a si mesmo, ainda que não o esteja, também pela articulação da arquitetura, que facilita o controle permanente, aumentando a eficácia do poder disciplinar. De forma que é um mecanismo catalizador de poder e que se disseminou na sociedade disciplinar durante os séculos XVII e XVIII, juntamente com as instituições responsáveis por produzir indivíduos úteis e lucrativos. O poder

disciplinar se enraíza nas relações sociais e é institucionalizado, principalmente, através do poder policial e seu exercício de controle social.

Sob a égide da explosão demográfica no Século XVIII, assim como do novo modelo de produção, viu-se a necessidade de sincronizar o crescimento da população ao aparelho de produção, através do poder-saber sobre os indivíduos. Assim, a sociedade disciplinar é o produto de processos históricos, econômicos, jurídico-políticos, geradores do poder disciplinar e suas técnicas, com vistas à eficácia da economia capitalista, do mesmo modo que ao enfraquecimento de possíveis forças contrárias ao poder e à dominação, utilizando-se da vigilância hierárquica, o registro contínuo, o julgamento e a classificação de comportamentos.

Sobre a relação entre poder disciplinar e capitalismo, versa o autor:

Na medida em que o avanço econômico ocidental permitiu a acumulação de capital, métodos para gerir a acumulação dos homens permitiram uma alteração política em relação a formas de poder tradicionais - rituais, violentas, dispendiosas – substituídas por uma tecnologia da sujeição – física do poder. Os dois processos não podem ser separados, aparelho de produção capaz de manter e de utilizar os homens de maneira a gerar maior acúmulo de capital. Na economia capitalista, a disciplina é o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ônus reduzida como força política e maximizada como força útil.

(FOUCAULT, Michel. 1991. p. 194).

Ao se tornar a classe dirigente, a burguesia codificou as leis sob o manto da igualdade formal, entretanto, esta funciona de modo a comportar técnicas de poder que geram desigualdade, quais sejam, as disciplinares. Portanto, o poder disciplinar produz desigualdade e exclusão.

Na relação contratual, por exemplo, os sujeitos de direito seriam iguais e universais, porém, a disciplina age no sentido de hierarquizar sujeitos, de modo a tornar sua posição discrepante e permitir o controle e exercício de poder de uns sobre outros, seria, nesta concepção, um contradireito.

O discurso jurídico da sociedade moderna se respalda na criação de limites ao exercício dos poderes, mas sua microfísica disciplinar efetiva, na prática, o desequilíbrio nas relações de poder.

Neste sentido, a prisão acaba por transformar a punição também num exercício de poder disciplinar e de vigilância, em que as penas gerais codificadas são aplicadas diferencialmente, de forma seletiva, aos indivíduos.

O século XVIII introduziu técnicas disciplinares no exercício de poder, bem como a objetificação e sujeição do indivíduo mediante a disciplina e o exame. No final do mesmo século e no século XIX, este poder adentrou definitivamente a justiça criminal. A pena se utilizou do poder disciplinar para ser exercida como resposta ao crime, por meio da prisão. Esta instituição cumpriu as necessidades próprias à sociedade capitalista, o que fez as teorias penais reformadoras do século XVIII serem afastadas. Daí se origina, também, a complexidade de encontrar substitutos à pena de prisão, ainda que se tenha ciência do fracasso com relação aos seus fins declarados.

Na realidade, a prisão não subtrai o crime, mas sim, aumenta a criminalidade, assim como as reincidências, elaborando-as, assim, fabrica o delinquente ao forçar os indivíduos a viverem em condições violadoras e serem submetidos ao abuso de poder e à arbitrariedade da administração carcerária.

Outrossim, existem duas categorias com relação ao delito, a ilegalidade, que concerne todas as atividades consideradas ilícitas cometidas pela população, mas que não são punidas e nem vistas com maus olhos. A outra classe de condutas é a delinquência, referente às ações não aceitas pela sociedade, e que são punidas. Aquele que é punido, torna-se delinquente. O infrator preso, seria pela prisão disciplinadora, em teoria, reeducado e ressocializado. Assim, a prisão pune um estilo de vida e um indivíduo específico, assim como suas características, geralmente, a pobreza e as diferenças.

Neste diapasão, Foucault coloca em pauta a estigmatização do indivíduo delinquente e o fato de a prisão ter surgido com objetivos aparentes que não condizem com seus efeitos reais, além do encarceramento não diminuir a criminalidade, mas aumentá-la, de forma que provoca ainda a reincidência e a criação de novos delinquentes, o autor reflete sobre o fracasso da prisão e a respeito do que faz o sistema penitenciário se manter indagando se este aparente insucesso não seria o verdadeiro objetivo deste modelo de pena desde o início, de forma manter também a ilegalidade da classe dominante impune.

Para Michel Foucault é exatamente a separação entre os membros da sociedade a que se destina o poder e seu funcionamento, evidente também no sistema carcerário. O poder, como o supracitado, age no sentido de excluir o normal do anormal, assim como de criar a normalidade. O homem seria uma invenção do próprio poder e tal ficção é operada de forma a naturalizar certos preceitos e formas de viver e se relacionar, assim como de pensar e ser, tornando estas preposições como engessadas e impossíveis de serem vistas de outro modo.

Desta maneira, o referido autor percebe o desenvolvimento de uma sociedade panóptica que retroalimenta o exercício do poder disciplinar e seu controle, através da constante vigilância hierárquica somada ao registro do saber sobre o indivíduo, que permite a presença ininterrupta do poder, bem como o método de análise individual e diferenciação – classificação – a partir desta. Tal diferenciação se dá de modo a aferir o que seria anormal, marcando-o e corrigindo-o, levando-o à normalização. A prisão, desta forma, seria a manifestação óbvia do poder disciplinar no âmbito do sistema punitivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário indagar a quem o sistema punitivo baseado no cárcere serve e o porquê de o mesmo persistir ainda que não funcione para fins de ressocialização.

Demonstra-se, com este fim, a vinculação intrínseca entre o modo de produção capitalista e a pena de prisão como método de punição universal. O capitalismo é responsável por desagregar produtor e meios de produção, formando o proletariado. Aqueles que produziam por meio do cultivo da terra foram expulsos das áreas rurais nos séculos XV e XVI, tornando-se mendigos nas cidades, o que gerou uma legislação contra a ociosidade.

Ao mesmo tempo, surgem as manufaturas têxteis e casas de correção, bem como, aceitação de condições péssimas de trabalho. O mercado de trabalho, ou o desemprego, neste sentido passam a influir na forma de punição, tornando o suplício e o poder soberano inaceitáveis.

No Século XVII, inicia-se a utilização das casas de correção, necessárias ao controle da força de trabalho, primeira forma de prisão, em que se prima pelo aprendizado da disciplina necessária ao novo modelo econômico.

Por sua vez, a Revolução Industrial traz o desemprego com a aplicação das máquinas à vapor na produção, o que tornou o trabalho no cárcere inútil, constituindo o fim da prisão o controle e incentivando métodos cruéis em sua administração. O trabalho no cárcere tende, assim, a desaparecer ou a se tornar um trabalho improdutivo, com finalidades disciplinares. Lei do livre mercado enfraquece o trabalho forçado e as condições de vida dos encarcerados devem ser inferiores às do proletariado para gerar intimidação.

Para se preservar, a burguesia do Século XVIII luta contra o absolutismo e torna a reforma penal um assunto a ser debatido, trazendo à tona princípios tais como o da legalidade, taxatividade e proporcionalidade. Ao conseguir sua hegemonia e tornar-se a classe dirigente, ajusta o sistema punitivo ao modo de produção capitalista com a reforma carcerária, que agiu no sentido de intensificar a repressão à criminalidade das camadas populares.

A prisão, a partir do poder disciplinar, garante a transmutação do delinquente em proletariado ao docilizá-lo. Acompanhando o mercado de trabalho, quando há desemprego em massa, as condições de vida na prisão tornam-se mais cruéis. Em contrapartida, em havendo aumento dos salários, utiliza-se a força de trabalho do encarcerado.

Neste sentido, o controle social é exercido em conformidade com a ordem social burguesa, através do exame, conhecimento a respeito criminoso, que se transforma no delinquente, produzido pelo cárcere.

Uma nova economia, ou microfísica, do poder surgiu para manter o capitalismo como novo modelo econômico, neste, a disciplina é indispensável para que se produza corpos úteis ao mesmo. Esta, passa então a ser uma ferramenta de dominação através do controle estrito das atividades, vigilância hierárquica, sanção normalizadora, estrutura panóptica, utilização do exame e registro, bem como a produção de um conhecimento/saber.

O cárcere é a alternativa que propicia a eficácia do poder disciplinar, assim, ainda que sua inutilidade seja evidente no que se refere à ressocialização dos condenados, serve aos fins necessários ao capitalismo, sujeitando e objetificando indivíduos e gerindo diferencialmente as ilegalidades, além de fabricar continuamente a delinquência.

Assim, a pena de prisão converteu-se na detestável solução, de que não se pode abrir mão. (FOUCAULT, Michel. 1991. p.208).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução Lígia M. 9ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica: As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2006.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e Estrutura Social**. Tradução de Gizlene Neder. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Revan, 2004.